



Da Educação Superior Tradicional ao Ensino Contextualizado: Algumas Lições da Universidade Federal do Cariri para o Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro

Área Temática: Universidade, Políticas Públicas e Desenvolvimento

Ives Romero Tavares do Nascimento¹, Estêvão Lima Arrais², Jayne Brazil Xenofonte³,
Francisco Alexandro Souza Canuto⁴

¹ Universidade Federal do Cariri – UFCA – Campus Icó/CE – ivestavares@ufca.edu.br

² Universidade Federal do Cariri – UFCA – Campus Juazeiro do Norte/CE – estevaolarrais@hotmail.com

³ Universidade Federal do Cariri – UFCA – Campus Juazeiro do Norte/CE – jayneadm26@gmail.com

⁴ Universidade Federal do Cariri – UFCA – Campus Juazeiro do Norte/CE – alexsandrosouzacanuto@gmail.com

Resumo

Este ensaio apresenta algumas elocubrações acerca de novos modelos de desenvolvimento pautados na sustentabilidade e ressignificação dos territórios brasileiros. Nesse ponto, as políticas públicas de expansão da educação superior surgem como a possibilidade concreta de viabilização da melhoria da qualidade de vida em todo o país, especialmente no Semiárido brasileiro. É neste espaço que surge a Universidade Federal do Cariri (UFCA), instituição pública de ensino superior criada no seio das recentes discussões sobre o real papel das universidades como forças-motrices do desenvolvimento territorial. As discussões aqui apresentadas demonstram as possibilidades que a UFCA apontam para o restante do Brasil quando adota a educação contextualizada como a resposta mais plausível no atendimento das demandas sociais por ações concretas de desenvolvimento por meio de cursos de graduação e pós-graduação e projetos de pesquisa, ensino, extensão universitária e cultura atentos às especificidades locais. Por fim, se estabelece um conjunto lições que podem ser aprendidas com a UFCA em sua breve história.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Ensino Superior; Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal do Cariri; Semiárido Brasileiro.

1 Primeiras palavras

Ter a temática do desenvolvimento territorial como discussão deste ensaio, que procura trazer à tona sua importância para o Semiárido brasileiro por meio do destaque das políticas públicas de ensino superior, se constitui como uma das tarefas primeiras quando se tenta compreender o fenômeno da expansão da educação de nível superior nos últimos anos no país, notadamente no âmbito das instituições públicas.

Essa busca por esse entendimento sobre a realidade universitária nacional reflete os interesses por conhecer os meandros da muito breve história das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, atrasadas até meados do século XX, quando a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da



Ciência (SBPC) tencionam a sociedade civil no intuito de provocar a expansão do ensino superior no país (MARQUES, 2013).

Com a (re)abertura democrática do Brasil ao final da ditadura militar na década de 1980, o país passou a estabelecer novas políticas públicas voltadas ao ensino superior nacional. Este fato histórico representa, então, uma reviravolta na realidade universitária brasileira, que por um lado começa a enxergar a expansão do ensino superior privado em detrimento ao público. Somado a isso está o fato de que, desde os anos 1950 vigorava no Brasil a ideia de desenvolvimento atrelada ao crescimento econômico a ser viabilizado pela industrialização, não integrante de um modelo aliado às preocupações com saúde meio ambiente e educação, por exemplo (HEIDEMANN, 2010).

Esse modelo de desenvolvimento, por sua vez, era a prática internacional imposta pela lógica capitalista europeia e estadunidense, de modo a perpetuar as ações neocolonialistas desses países. O termo desenvolvimento é transfigurado para o crescimento puro e simples, que segundo Amartya Sen (2000) tem garantido a expansão imperialista do capitalismo por impor servidão às pessoas, e não liberdade.

Em outras palavras, a melhoria da qualidade de vida prometida pela massificação da indústria efetivamente não aconteceu, acirrando a diferença entre ricos e pobres especialmente em países como o Brasil. Dessa forma, abriu-se o caminho para constantes discussões internacionais sobre a efetividade do vigente modelo desenvolvimentista, culminando, por exemplo, com a publicação do Relatório de Brundtland (1987), incluindo a sustentabilidade na pauta transnacional dos debates acerca do real desenvolvimento.

A partir de então, uma nova perspectiva conceitual é posta em discussão sobre desenvolvimento sustentável, capaz de garantir o acesso aos recursos naturais às próximas gerações. Não apenas com um conteúdo quantitativo muito forte, ao termo desenvolvimento são incluídos novos sentidos qualitativos e subjetivos, como a dimensão social, cultural, ambiental e político-institucional (CHACON, 2007; SACHS 2004).

Tais diretrizes do desenvolvimento sustentável servem para formular políticas públicas que possam promover ações diretas ao combate à degradação ambiental, à pobreza e a procura por equidade econômica. Como resultante, há de proporcionar uma maior qualidade de vida adequada para todos, independentemente de classe, cor ou gênero (CHACON, 2007).

É interessante notar que é coincidentemente nesta época que há a inclusão da educação – particularmente a educação superior – como um dos vetores do desenvolvimento humano. Daí, podemos citar a Conferência Mundial de Educação Para Todos (1990), a Conferência Mundial sobre Ensino Superior (1998), e a Declaração de Bolonha, em 1999 (LIMA, 2013).

No Brasil, o ensino superior público, entendido agora como um bem público (BERTOLIN, 2009), só passa a observar sua expansão a partir do governo do presidente Lula (2002-2009), com a adoção das políticas públicas do REUNI, que oportunizou a expansão das universidades federais; com o PROUNI, que insere alunos na iniciativa privada do ensino superior; e com a reformulação do FIES,



instrumento de financiamento de cursos superiores privados, por exemplo (RISTOFF, 2013; LIMA, 2013).

Isso nos habilita pensar que as recentes posições da educação superior no Brasil se aliam à discussão do desenvolvimento sustentável. A universidade, como um espaço de criação conjunta do conhecimento, por excelência, passa a se configurar também como o local onde o desenvolvimento sustentável de territórios é discutido.

Mas então uma nova pergunta pode ser feita: por que pensar em desenvolver territórios? O debate acadêmico mais atual tem seguido a reflexão crítica pelo caminho dos territórios por entendê-los como os espaços de “conceito trabalhado”, não só geográficos, mas dotados de características políticas, econômicas, culturais e sociais muito aparentes (SAQUET, 2014), unidos por elementos de coesão e identidade (SDT/MDA, 2005).

Provavelmente a discussão atual sobre territórios brasileiros entendidos na condição até aqui apresentada recai fortemente sobre o Semiárido, região historicamente desprovida de políticas públicas capazes de superar as dificuldades socioeconômicas impostas pelo frequente fenômeno das secas. Como afirma Schistek (2013), o Semiárido brasileiro é acometido por uma má compreensão de sua essência, posto que as secas não são catástrofes ambientais pelo fato de serem frequentes, constantes e previsíveis.

Conti e Pontel (2013) afirmam haver uma ruptura paradigmática na observância do Semiárido. Essa nova mirada deixa em gradual desuso o termo político do “combate” para a “convivência” com a seca, na busca de um modelo de desenvolvimento capaz de sanar a insuficiência das políticas públicas em vigência no território.

Isso significa que a educação, especialmente a superior, precisa acompanhar a evolução de todas as novas formas de olhar esses espaços. O ensino tradicional, fortemente arraigado na inflexibilidade curricular e crítica já não consegue dar respostas suficientes às lacunas que o primeiro e o segundo setor deixam no país. A resignificação territorial brasileira, que leva em consideração as especificidades e necessidades locais só é possível, antes de tudo, com a educação contextualizada dos indivíduos.

É por meio dela que a convivência com o Semiárido, por exemplo, é viabilizada ao levar em conta a utilização dos saberes e das técnicas sertanejas de uso e manuseio da terra e da água, culminando na própria resignificação e desenvolvimento sustentável deste território (BAPTISTA; CAMPOS, 2013; PEREIRA, 2013).

E nesse cenário de mudança da racionalidade educacional brasileira, onde o ensino superior se expande e adquire objetivos de transição paradigmática dos territórios brasileiros, é que surge a Universidade Federal do Cariri, criada no ano de 2013 pela Lei Federal nº 12.826/13 a partir do desmembramento do Campus Avançado do Cariri da Universidade Federal do Ceará.



2 A Universidade Federal do Cariri

Seguindo o raciocínio traçado até aqui, chegamos ao ponto em discutiremos a Universidade Federal do Cariri (UFCA) como um vetor de desenvolvimento territorial. Para tanto, contextualizaremos o espaço onde ela está inserida, o Cariri cearense, as características diferenciadoras da universidade e como ela aponta a educação contextualizada como estratégia desenvolvimentista.

2.1 O Cariri cearense

Para entendermos a universidade, antes de tudo, devemos conhecer a localidade onde ela se insere. O Cariri cearense é uma região político-administrativa, cultural e identitária situada no extremo sul do Ceará, limítrofe com os estados da Paraíba, Pernambuco e Piauí, e formada por vinte e oito municípios, dentre os quais nove compõem a Região Metropolitana do Cariri, segunda do Ceará.

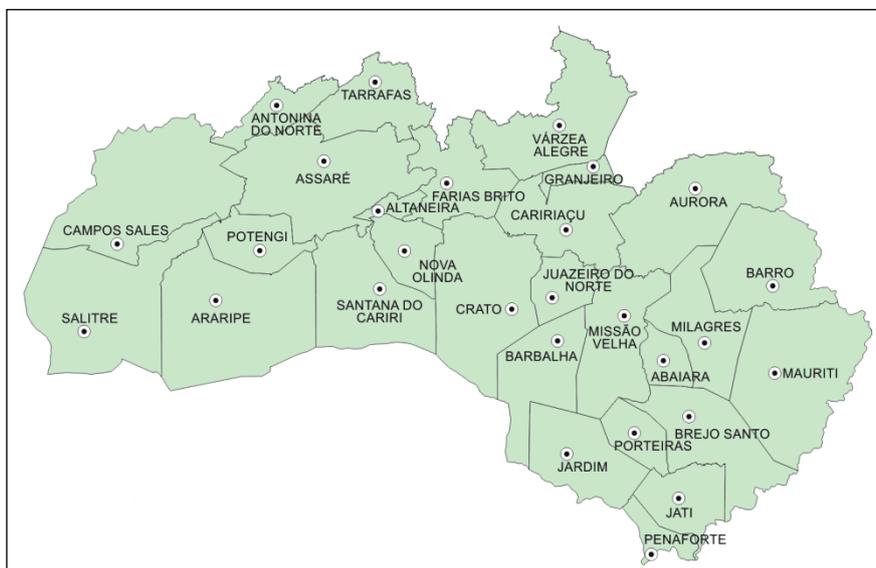


Figura 01: O Território do Cariri Cearense. Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2010.

Dados econômicos dão destaque para a agropecuária, seguida pela indústria, construção civil, comércio e serviços. Conjuntamente com o Centro-Sul do estado, o Cariri detém uma taxa de escolarização de 80,4% de alunos no ensino fundamental, ao passo em que apenas 47,5% dos alunos estão matriculados no ensino médio em 2013 (IPECE, 2014). Até o referido ano, a região detinha 7,6 profissionais de saúde por mil habitantes; uma taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) de 14,8; 2,9 leitos hospitalares por mil habitantes; e 0,6 unidades de saúde por mil habitantes (idem).

Pelo fato de ser um território geograficamente estratégico no Nordeste (equidistante de Fortaleza/CE, Recife/PE e Teresina/PI, por exemplo), o setor do comércio foi intensificado ao longo dos últimos anos, notadamente nas três maiores cidades carienses, Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha (conhecidas juntas como o Triângulo Crajubar).

Essas cidades, por sua vez, contêm quase 20% da população da capital cearense (449.708 mil habitantes, segundo o IBGE, 2015) e um Produto Interno Bruto (PIB)



estimado em R\$ 3.771,783 (IPECE, 2014). Merece destaque também o fato de que o ensino superior tem acompanhado o crescimento econômico da região ao longo das duas últimas décadas. Dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2010) e do Censo Educacional 2012 do Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP) apontam que em Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha são as cidades caririenses com o maior número de IES (22 instituições), sendo que 61% delas são particulares e 39% públicas (federais e estaduais).

Merece igual relevância o fato de o Cariri cearense ser referência cultural no estado e no Nordeste. As manifestações populares e religiosas dão ao território um caráter *sui generis* quando sua cultura é mencionada. As festas populares, como o Pau da Bandeira em Barbalha, os reisados e as lapinhas em Crato e as romarias do Padre Cícero em Juazeiro do Norte vivificam a dinâmica local. Sobre esta última, a título exemplificativo, cumpre dizer que é responsável pela instenficiação do comércio local e das cidades vizinhas em quatro datas anuais, onde a população juazeirense é praticamente quadruplicada (CHACON *et al*, 2012).



Figura 02: Romaria de Nossa Senhora das Candeias em Juazeiro do Norte/CE. Fonte: Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, s.d.

E nesse cenário de intensa vivificação social, cultural e econômica que surge a UFCA, erguida em princípios norteadores mais condizentes com a realidade territorial caririense e sensível às necessidades locais. O item seguinte tratará de detalhar como o processo de concepção da IES, feito a partir do desmembramento da Universidade Federal do Ceará, propiciou à universidade um conjunto de características que a tornam diferente de outras do país.

2.2 Particularidades da UFCA

A UFCA é diferente de muitas outras universidades já pela forma como foi gestada. Sua curta história remete ao início dos anos 2000, quando a Universidade Federal do Ceará cria em Barbalha o Curso de Medicina, embrião do Campus Avançado da UFC no Cariri, resultado de uma conjuntura de reivindicação social e política local por um curso de saúde da esfera federal.



Em 2006, a UFC oficializa o Campus Cariri com a abertura de cinco cursos de graduação em Juazeiro do Norte (Administração, Biblioteconomia, Engenharia Civil e Filosofia) e um em Crato (Agronomia). Três anos mais tarde, Administração Pública, Comunicação Social – Jornalismo, Engenharia de Materiais, Design de Produtos e a Licenciatura em Música aumentam a cartela de cursos superiores da UFC Cariri.

Em 2011 a pós-graduação começa a tomar forma. É criado o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, o PRODER, e o Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável – MDER (UFCA, 2013), vinculados ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação do Semiárido (CPPS).

A partir daí, as discussões sobre a necessidade de uma universidade federal autônoma e independente na região ganham força, impulsionando o debate político no Poder Público brasileiro, culminando na criação da Universidade Federal do Cariri no ano de 2013.

Talvez cinco aspectos sejam os mais chamativos quando nos debruçamos sobre o processo de criação e concepção da universidade. O primeiro deles diz respeito ao fato de que desde o ano de 2003 já existia o Parecer Nº 1.861 da Comissão de Educação do Senado Federal que sugeria o posicionamento favorável do Congresso Nacional à UFCA, reforçando a existência da mobilização política local e nacional para a implantação de uma instituição federal de ensino superior no Cariri.

O segundo se refere à organização interna que conduziu a transição entre UFC Cariri e UFCA. Chacon *et al* (2012) apontam que o Campus Cariri da UFC já se mostrava diverso de outros campi universitários por ter uma “condição de estrutura diferenciada”, sem a estrutura rígida dos departamentos tradicionais. Ainda segundo as autoras, essa realidade oportunizou que servidores técnicos e docentes pudessem atuar juntos e de forma flexível em diversas ações de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Em decorrência disso, o terceiro aspecto foi o empoderamento das pessoas nas discussões quando a lei federal que criou a universidade abriu o espaço para a montagem de Grupos de Trabalho (GTs) para discutir a organização da UFCA. O espaço dialógico foi aberto a toda comunidade interna e externa da universidade, culminando com a instituição, por exemplo, de uma pró-reitoria destinada exclusivamente para as ações de cultura da UFCA, a Pró-Reitoria de Cultura. Vale dizer que o número de IFES brasileiras que têm um órgão exclusivo para tal fim é baixíssimo. Em outros termos, isso transparece a força identitária e cultural que o território do Cariri possui e que se traduz até mesmo na criação de entidades de ensino superior.

A quarta característica marcante da UFCA é a presença da motivação para a educação contextualizada. Boa parte dos cursos, principalmente os de bacharelado, tem buscado utilizar a contextualização do ensino como mecanismo de maior aproximação da realidade e do contexto regional. O curso de Administração Pública, por exemplo, tende a discutir Cooperativismo analisando casos locais e regionais, enquanto que nas Finanças Públicas exemplifica-se com os ganhos e perdas na gestão do município afetam as cidades do Cariri. Também nessa linha se discute Serviços Públicos por intermédio de trabalhos atinentes às municipalidades locais



sobre o desempenho e avaliação dos mesmos, enfatizando a importância de desenvolver um profissional que detenha o conhecimento geral para qualquer lugar do mundo, sem deixar de lado a capacidade de reconhecer as capacidades locais e de possuir um senso de sensibilidade, empatia e pertencimento com o território.

Outro exemplo a ser dado é a experiência de intercâmbio dentro dos campi da universidade, inaugurada em 2015 pela Pró-reitoria de Extensão, que surge como meio de contextualizar o ensino, saindo do trivial modelo (sala de aula, professor e aluno) e migrando para os espaços públicos, contato com atores locais e a ressignificação de pertencimento. Dessa maneira, a extensão universitária promove ações com alunos dos mais diversos tipos de graduação e pós-graduação em cidades históricas de forma a debater questões ligadas à simbologia, cultura, pertencimento e a relação transversal com o desenvolvimento.

Ainda nessa perspectiva, se faz válido falar sobre a importância da cultura como o quarto pilar da universidade. Geralmente as IES têm pautado seus esforços em três áreas (ensino, pesquisa e extensão), mas a UFCA, entendendo a necessidade da região, vai mais além com o propósito de valorizar a região do Cariri cearense e do Centro-Sul e Vale do Salgado, acrescentando então mais uma área, a cultura, por meio da Pró-Reitora de Cultura (PROCULT), que

Surge do entendimento da Cultura como dimensão fundamental e transversal de formação universitária. A PROCULT contribui e complementa a atuação das Pró-Reitorias no âmbito da formação integral do estudante, ao mesmo tempo em que promove o diálogo permanente com a sociedade. A PROCULT promove ações e programas no âmbito da Cultura; fomenta os projetos existentes na própria comunidade acadêmica; contribui para a formação universitária através da elaboração e realização de disciplinas livres; estabelece parcerias estratégicas com entidades públicas e universidades; compõe os diversos fóruns de cultura no nível local, estadual; promove programa anual de bolsas. (UFCA, 2013).

A quinta particularidade da UFCA é que ela já nasceu multicampi, em cinco cidades diferentes: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Brejo Santo e Icó. Esta última, por sua vez, pertence ao território do Centro-Sul do Ceará, dando-nos a chance de afirmar que representa a primeira expansão da instituição para fora de sua região de origem.

E é no Campus Icó que a UFCA começa a dar indicativos da utilização mais clara da educação contextualizada em sua atuação local e regional por meio da criação do Instituto de Estudos do Semiárido (IESA), que será comentado no próximo ponto.

2.3 O Instituto de Estudos do Semiárido

O Instituto de Estudos do Semiárido da Universidade Federal do Cariri (IESA/UFCA) é criado em 2014 com uma proposta e uma missão diferentes de muitas unidades acadêmicas universitárias do Brasil. Nasce não como uma simples reunião de cursos de graduação e pós-graduação, mas sim como um instituto temático voltado a responder uma pergunta primordial: como proporcionar a convivência com o Semiárido a partir da atuação da universidade?

Isso quer dizer, em outros termos, que a universidade em Icó não ofereceria ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura de maneira aleatória, mas sim feitas de



forma refletida e pensada com base na observância das necessidades locais do território. Significa ser condizente com o discurso desenvolvimentista de que a educação faz parte das dimensões que o compõem e o papel da universidade, especialmente o da UFCA, envolve a contribuição real para o território do Semiárido.

Assim, é criada a primeira graduação do IESA em 2014, o Bacharelado em História com ênfase em Gestão do Patrimônio Socioambiental e com Ênfase em Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural, vista a importância da cidade-sede do IESA. Icó foi a terceira vila criada na então província do Ceará e foi, por séculos, o centro urbano mais importante de todo interior do estado. Com uma riqueza acumulada nos ciclos do couro, por exemplo, a cidade hoje resguarda um conjunto arquitetônico de casarões, sobrados e igrejas barrocas tombadas pelo IPHAN do Ceará. O Curso de História aparece, no primeiro momento, como a tentativa mais direta de proteção do patrimônio icóense – e de todo o Semiárido – por entender que ele também faz parte do território e é importante para seu desenvolvimento, tendo como objetivo principal:

Formar e habilitar historiadores que atuem no desenvolvimento tanto das atividades vinculadas às tradicionais instituições da pesquisa histórica, sejam acadêmicas, sejam aquelas vinculadas ao Estado e às iniciativas privadas, quanto no encaminhamento das muitas e novas demandas que o regime de historicidade contemporâneo nos coloca: na assessoria à produção artística, na promoção de eventos culturais, na constituição e efetivação de políticas de preservação do patrimônio histórico e ambiental, formulando, desenvolvendo, monitorando e avaliando políticas, projetos, e ações que garantam a auto sustentação do território, a defesa de seus bens culturais e ambientais e ainda a gestão de infraestruturas adequadas a viabilidade da qualidade de vida das populações (UFCA, 2014b).



Figura 03: Imagens do conjunto arquitetônico histórico de Icó, Ceará. Fonte: Jucieldo Alexandre, 2014.

Incluído nessa vertente, surge a segunda graduação do IESA em 2015, o Bacharelado em Gestão Pública com Ênfase em Desenvolvimento Regional, com



previsão de início para o primeiro semestre de 2016. Este curso é pensado diante da necessidade de se instrumentalizar a gestão pública brasileira – especialmente a do Semiárido – com profissionais amplamente capacitados para mobilizar o Estado da forma mais eficiente e eficaz no atendimento das necessidades básicas e primeiras do país. Dessa maneira, o curso se propõe a:

Formar e habilitar gestores que atuem em atividades que envolvam a gestão de territórios no âmbito do Semiárido, de modo particular, formulando, desenvolvendo, monitorando e avaliando políticas, projetos, e ações que garantam a auto sustentação do território, a defesa de seus bens culturais e ambientais e ainda a gestão de infraestruturas adequadas à viabilidade da qualidade de vida das populações (UFCA, 2014a).

Mas a pergunta que pode surgir é: sob qual aspecto os cursos de graduação do IESA são inovadores ao ponto de atingir positivamente o desenvolvimento do semiárido? A resposta está em dois pontos essenciais: a concepção do Instituto e a estrutura curricular de ambos.

Em primeiro lugar, o IESA se compromete com sua essência de unidade acadêmica, privilegiando os espaços fluidos entre as suas unidades curriculares, que possibilitam o trânsito livre de professores e alunos entre seus cursos. O fato de praticamente não haver pré-requisitos entre as disciplinas e também de existirem muitas optativas livres configura, em uma maior escala, o ensino não em cursos, mas sim no próprio Instituto.

Em segundo lugar, as matrizes curriculares de ambos os cursos contém disciplinas que se aderem às realidades e necessidades locais, como pode ser visto na tabela abaixo (Tabela 01):

Tabela 1 – Exemplos de Disciplinas do IESA ligadas ao território

	Cursos	
	História	Gestão Pública
Disciplinas	Políticas Públicas para o Patrimônio Histórico e Cultural	História dos Territórios Brasileiros
	Gestão do Patrimônio Socioambiental	Técnicas e Saberes Sertanejos
	Políticas Públicas para o Patrimônio Socioambiental	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar
	História do Nordeste	Gestão Social e Economia Solidária
	Gestão Ambiental	Desenvolvimento Regional e Sustentável I e II
	Educação Patrimonial	Educação para a Sustentabilidade
	Fonte: Adaptado de UFCA (2014a; 2014b).	



Para além disso, todos os projetos de ensino, pesquisa, extensão e cultura em vigência no IESA de alguma forma atentam para as questões territoriais e locais que cercam a universidade. Alguns exemplos podem ser dados:

- a) Projeto de Pesquisa: “Só deixo o meu Cariri no último pau-de-arara”: O estudo de caso da UFCA a partir da recepção dos seus alunos egressos, que tem como objetivo entender como os egressos da universidade a enxergam sobre sua atuação no desenvolvimento territorial cariariense;
- b) Projeto de Extensão: Diálogos sobre o Patrimônio, que discute, com a comunidade, temas pertinentes às relações sociais com as mais diversas formas de patrimônio em um contexto interdisciplinar (Figura 04);
- c) Projeto de Ensino: Entre Roteiros, Enredos e Personagens: A Monitoria de Produção Textual na Busca pela Excelência do Curso de História da UFCA, atrelando as disciplinas de Produção Textual e Introdução à Sociologia para o ensino e aprendizagem da leitura e escrita de textos contextualizados com a perspectiva local;
- d) Projeto de Cultura: Contos e Crônicas do Sertão: Um Resgate da Memória Sertaneja, que produzirá contos e crônicas a partir da história oral local.



Figura 04: Primeiro Diálogos Sobre o Patrimônio em 2014 no Teatro Ribeira dos Icó's, em Icó/CE. Fonte: Jucieldo Alexandre, 2014.

Por fim, dois grupos de pesquisa e extensão oficialmente vinculados ao IESA dão o suporte teórico-metodológico à universidade no tocante à execução de ações voltadas prioritariamente para o Semiárido: o Observatório de Políticas Públicas para Territórios (OPPTE) e o Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional do Semiárido (LEADERS).

Atualmente o OPPTE está realizando uma ação de pesquisa e extensão, financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e apoiada pelo Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que promoverá o fortalecimento dos Colegiados e Núcleos Dirigentes do Território da Cidadania do Cariri e do Território Rural do Centro-Sul e Vale do Salgado com a oferta de cursos de formação em políticas públicas, desenvolvimento territorial e gestão social, além de atuar diretamente com a inclusão produtiva, juventude e coletivos de mulheres.



3 Perspectivas de futuro: o que aprender com a UFCA em apenas dois anos?

Por tratar-se de uma universidade ainda muito nova no interior sertanejo, a UFCA enfrenta obstáculos constantes em seu caminho. Tendo sempre em mente a missão da inclusão social junto ao desenvolvimento da região, surge o desafio diário de fazer uma universidade em pleno Semiárido, mudando a vida dos jovens que não mais precisam migrar para terem acesso ao ensino superior nas capitais brasileiras, possibilitando uma vida digna num novo contexto social.

O sentido da interiorização ainda está em construção: o processo aspira por sua consolidação. Para tanto, mais do que probabilidades objetivas, a interiorização das universidades públicas federais precisa fazer acontecer aquilo que enuncia, e assim tornar a sua existência real: conhecida pelo discurso de indutora da redução das desigualdades sociais, a presença das universidades públicas federais no interior do país poderá ser reconhecida por aquilo que produz (MELO, 2014).

Em outras palavras, indica que a UFCA ainda atravessa dificuldades em seu caminho rumo ao desenvolvimento regional, das quais podemos elencar consideráveis índices de evasão em algumas graduações; a necessidade por mais recursos financeiros de capital e de custeio para as atividades; e o trato da educação brasileira em tempos de crise financeira.

Todavia, os pontos positivos se sobressaem. Numa posição de vanguarda, muito provavelmente as novas universidades federais têm se inserido com mais empenho nas discussões e na concretude de ações de desenvolvimento naquilo que pertence à sua essência: ensino, pesquisa, extensão e cultura. Representa, então, uma nova posição institucional no trato das questões territoriais, pois a universidade sai de “seus muros” e passa a agir diretamente em conjunto com os governos, iniciativa privada e sociedade civil organizada.

Essa mudança paradigmática parece ser uma das frentes de atuação da Universidade Federal do Cariri quando a instituição decide criar “unidades acadêmicas temáticas”, como o caso do Instituto de Estudos do Semiárido, localizado na cidade de Icó, Ceará. Propor a organização de unidades curriculares como centro do IESA – e não em cursos de graduação e pós-graduação separadamente – já se mostra acertada quando pensada a viabilidade de ações universitárias mais centradas no território, ainda mais quando se presta a atuar fortemente com a convivência com o Semiárido.

Além disso, a propositura dos cursos de graduação não pode mais ser meramente mercadológica e tampouco atinente a interesses particulares. Ela deve ser refletida, orientada ao bem comum e sensível às necessidades territoriais. É o caso do IESA, que vem propondo suas graduações a partir de estudos locais e para além da trivialidade acadêmica vigente que enxerga apenas os cursos mais tradicionais.

Assim, o maior aprendizado com a UFCA seja a alteridade no mundo acadêmico. Perceber-se no outro é um exercício eficaz no entendimento acurado das reais necessidades locais, que estão além das verdades criadas pelo sistema capitalista de mercado. Desenvolver significa, acima de tudo, enxergar o território e perceber nele as potencialidades que poderão ser ativadas, entregando às pessoas o que realmente elas precisam.



4 Referências Bibliotécnicas

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Barbalha-CE**. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barbalha_ce>. Acesso em 28 mar 2015.

_____. **Crato-CE**. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/crato_ce>. Acesso em 28 mar 2015.

_____. **Juazeiro do Norte-CE**. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/juazeiro-do-norte_ce>. Acesso em 28 mar 2015.

BERTOLIN, Júlio C. G.; MARCON, Telmo. O (des)entendimento de qualidade na educação superior brasileira – Das quimeras do provão e do ENADE à realidade do capital cultural dos estudantes. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 1, p. 105-122, mar. 2015. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/aval/v20n1/1414-4077-aval-20-01-00105.pdf>. Acesso em 01 abr. 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.826, de 5 de junho de 2013**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Cariri - UFCA, por desmembramento da Universidade Federal do Ceará - UFC, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12826.htm>. Acesso em: 15 abr 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território**. Cidadania do Cariri – MDA/SDT/AGROPOLOS. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010.

CHACON, S., BARRETO, P., DO NASCIMENTO, V.. Construindo sonhos no sertão cearense: trajetos do mestrado em desenvolvimento regional sustentável. **Revista NAU Social**, n 3, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/view/239/203>>. Acesso em: 10 abr. 2015

CHACON, Suely Salgueiro. **Desenvolvimento**. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 48-50.

CHACON, Suely Salgueiro. **O Sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido**. Fortaleza: BNB: 2007. Série Teses e Dissertações. Vol. 8. 353 p.

CONTI, Irio Luiz; PONTEL, Evandro. Transição paradigmática na convivência com o Semiárido. In: Irio Luiz Conti e Edni Oscar Schroeder (orgs.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Editora IABS: Brasília/DF, 2013.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: bem público, equidade e democratização. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 107-126, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000100007>. Acesso em: 01 abr 2015.



GOVERNO FEDERAL. **Territórios da Cidadania**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/02/1574015804-1.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2010.

HEIDEMANN, Francisco G. Do Sonho do Progresso às Políticas de Desenvolvimento. *In: Políticas Públicas e Desenvolvimento: Bases Epistemológicas e Modelos de Análise*. Francisco G. Heidemann e José Francisco Salm (orgs.). 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **@Cidades – Barbalha**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230190&search=ceara|barbalha>. Acesso em: 28 mar 2015.

_____. **@Cidades – Crato**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230420&search=ceara|crato>. Acesso em: 28 mar 2015.

_____. **@Cidades – Juazeiro do Norte**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230730&search=ceara|juazeiro-do-norte>. Acesso em: 28 mar 2015.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). **Ceará em Números – 2012**. Disponível em: http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara_em_numeros/2012/completa/Ceara_em_Numeros_2012.pdf. Acesso em: 01 mar. 2014.

_____. **Perfil Básico Municipal 2014 de Barbalha**. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2014/Barbalha.pdf. Acesso em: 28 mar 2015.

_____. **Perfil Básico Municipal 2014 de Crato**. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2014/Crato.pdf. Acesso em: 28 mar 2015.

_____. **Perfil Básico Municipal 2014 de Juazeiro do Norte**. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2014/Juazeiro_do_Norte.pdf. Acesso em: 28 mar 2015.

_____. **Perfil Básico Regional 2014 – Macrorregião Cariri / Centro-Sul**. Disponível em: http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/perfil_regional/Perfil_Regional_R8_Cariri_Centro_Sul_2014.pdf. Acesso em: 19 abr 2015.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da educação superior 2012**: resumo técnico. – Brasília, 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf. Acesso em: 28 mar 2015.

LIMA, Paulo Gomes. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. **Avaliação** (Campinas) [online]. 2013, vol. 18, n.1 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 abr. 2015.



MARQUES, Waldemar. Expansão e oligopolização da educação superior no Brasil. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 69-83, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772013000100005&script=sci_arttext>. Acesso em 01 abr 2015.

MELO, Patricia Bandeira de; *et al.* Mudança de habitus: os jovens e a universidade pública no interior do Nordeste. **Anais do 38º Encontro Anual da Anpoc**. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9068&Itemid=456>. Acesso em: 18 jul. 2015.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Desenvolvimento, Estado e Sociedade: As Relações Necessárias, as Coalizões Possíveis e a Institucionalidade Requerida. *In: Diálogos para o Desenvolvimento*. José Celso Cardoso Jr., Carlos Henrique R. de Siqueira (orgs.). Brasília: IPEA, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p.

PINHEIRO, Carlos Henrique Lopes. **Percepções e Trajetórias Docentes: mobilidade no contexto da interiorização e expansão do ensino superior público no estado do Ceará**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. 2013. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7174/1/2013-TESE-CHLPINHEIRO.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. **Cariri-CE**. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/carirce/one-community?page_num=0>. Acesso em: 05 fev. 2014.

RISTOFF, Dilvo. Os Desafios Da Educação Superior Na Ibero-América: Inovação, Inclusão E Qualidade. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 3, p. 519-545, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n3/02.pdf>>. Acesso em 01 abr 2015.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. Território. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org). **Dicionário para a Formação em Gestão Social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – SDT/MDA. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Série de Documentos Institucionais - 02. Brasília: SDT/MDA, 2005.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SENADO FEDERAL. Parecer nº 1.861, de 2003. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/diarios/BuscaPaginasDiario?codDiario=1254&seqPaginalnicial=186&seqPaginaFinal=186>>. Acesso em 15 abr. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA). **Cultura**. Disponível em: <<http://www.ufca.edu.br/portal/cultura>>. Acesso em: 15 jul. 2015.



_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Gestão Pública com Ênfase em Desenvolvimento Regional.** Instituto de Estudos do Semiárido. 2014a.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado História com Ênfase em Gestão do Patrimônio Socioambiental e em Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural.** Instituto de Estudos do Semiárido. 2014b.